

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.320 - PE (2019/0056678-3)

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : RONA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO.

1. O termo inicial da prescrição da execução, em caso de tributo declarado e não pago, não se inicia da declaração, mas da data estabelecida como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada. Precedente do Eg. STj;

2. No caso dos autos, trata-se de créditos tributários referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e entre o vencimento da obrigação tributária mais recente (31/01/1996) e a data da prolação da sentença (03/10/2007) transcorreram mais de cinco anos, considerando ainda a inexistência de citação. É de se observar, ademais, que mesmo considerando o período de suspensão da contagem do prazo prescricional em face do parcelamento (05.04.1999 a 05.06.2000), se concretizara o lustro de que se cuida. Manutenção da sentença que reconheceu a prescrição da execução;

3. Apelação improvida.

Na origem, foi ajuizada execução fiscal de débito de IRPJ que somava R\$ 2.736,21, em abril de 2003 (fl. 2), tendo sido o feito extinto, em razão da decretação *ex officio* da prescrição, o que foi mantido pelo Tribunal de origem, conforme se verifica do acórdão acima ementado.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, a recorrente aponta a violação do art. 535 do CPC/1973, sustentando, em resumo, que, não obstante a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem não apreciou o fato de que o contribuinte requereu o parcelamento do débito em 06/11/1998, quando constituído o crédito, por Termo de Confissão de Dívida, de forma que não se pode contar o prazo prescricional a partir do vencimento da obrigação, considerando que somente foi constituído o crédito posteriormente.

Indica, ainda, a ofensa aos arts. 174 e parágrafo único, IV, e 151, VI, do CTN, bem assim 219, § 2º, e 262, ambos do CPC/1973, aduzindo, em resumo, que não se consumou a prescrição na espécie, considerando que, tendo sido a execução ajuizada dentro do lustro prescricional, a demora na citação do executado deu-se por conta exclusivamente do serviço do Poder Judiciário.

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação do art. 535 do CPC/1973 pelo Tribunal *a quo*, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pela recorrente, qual seja, a questão do parcelamento como causa interruptiva do prazo prescricional, tendo o julgador abordado a questão à fl. 46, assim consignando:

No caso dos autos, trata-se de créditos tributários referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e entre o vencimento da obrigação tributária mais recente (31/01/1996) e a data da prolação da sentença (03/10/2007) transcorreram mais de cinco anos, considerando ainda a inexistência de citação. É de se observar, ademais, que, mesmo considerando o período de suspensão da contagem do prazo prescricional em face do parcelamento (05.04.1999 a 05.06.2000), se concretizara o lustro de que se cuida. Manutenção da sentença que reconheceu a prescrição da execução.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/1973, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1.616.801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 13/9/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.592.075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016).

Sobre a alegada ofensa aos arts. 174 e parágrafo único, IV, e 151, VI, do CTN, bem assim 219, § 2º, e 262, ambos do CPC/1973, o recurso não comporta seguimento.

A irresignação da recorrente - acerca da alegada culpa exclusiva do serviço do Poder Judiciário e ausência de responsabilidade da parte exequente para o transcurso do prazo prescricional - implicaria o revolvimento do conjunto probatório, para que fosse possível aferir que "o juiz determinou a citação do devedor ainda em junho de 2003", bem como que "o processo ficou sem movimentação de 2003 até 2006, por culpa exclusiva do Poder Judiciário." (fl. 76)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DEMORA NA CITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. O Tribunal local, soberano na análise dos fatos e das provas, consignou: "Finalmente, não sendo a demora na citação nem a paralisação do

processo decorrente de causa atribuída, exclusivamente, ao mecanismo do Judiciário, certamente, a prescrição consumou-se, não havendo como se falar, na espécie, em aplicação da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça".

3. No caso dos autos, o Tribunal *a quo* atestou que se passaram cinco anos desde a constituição definitiva do crédito tributário, sem que houvesse a citação, e que essa demora não pode ser imputada ao mecanismo judiciário. Nessa perspectiva, não há como afastar a prescrição sem esbarrar no óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido.

(REsp 1509335/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 31/03/2015)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator